



Regulamento Interno do Conselho Municipal de Juventude da Ribeira Brava

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Norma habilitante

O presente Regulamento interno tem por norma habilitante o artigo 26.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, conjugado com o regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Ribeira Brava, de 29 de outubro de 2018

Artigo 2.º Objeto

O presente Regulamento estabelece as normas de funcionamento do Conselho Municipal de Juventude da Ribeira Brava, doravante designado por CMJ.

CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CMJ

Secção I DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

Artigo 3.º Membros do CMJ e sua substituição

1 - O CMJ é composto por elementos representantes das entidades referidas no artigo 4.º e são designados por estas mediante comunicação escrita dirigida ao presidente do CMJ.

2 - A comunicação escrita referida no número anterior deve mencionar a identificação do representante da entidade e os elementos necessários para a realização de comunicações.

3 - As entidades referidas nas alíneas d) a i) do artigo 4.º podem substituir os seus representantes a todo o momento, pela forma prevista no n.º 1.

4 - O Presidente da Câmara Municipal pode delegar no Vereador com funções atribuídas na área da Juventude para presidir o CMJ.

Artigo 4.º Composição

1 - Compõem o CMJ:

a) O Presidente da câmara municipal que presidirá ao conselho municipal de juventude;



- b) Um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal;
- c) Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Regional de Associativismo Jovem, adiante abreviadamente designado por RRAJ;
- d) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no Município de Ribeira Brava e inscrita no RRAJ;
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no Município de Ribeira Brava e inscrita no RRAJ;
- f) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RRAJ cujo âmbito geográfico de atuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no Município representem mais de 50% dos associados;
- g) Um representante de cada organização de juventude partidária, em nome próprio ou através da coligação que tenha representação nos órgãos autárquicos concelhios ou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira;
- h) Um representante de cada associação equiparada a associação juvenil, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 42/2008/M, de 18 de dezembro, e grupos informais de jovens inscritos no RRAJ, com sede no município da Ribeira Brava ou que nele prestem um serviço relevante;
- i) Um representante de cada associação socioprofissional de jovens com sede no município da Ribeira Brava ou que nele prestem um serviço relevante;
- j) Um representante de cada freguesia do município da Ribeira Brava, designado pelas respetivas assembleias de freguesia;
- k) Um representante residente no município da Ribeira Brava, designado pela respetiva assembleia municipal;

2 – A representação prevista no n.º 1 é da exclusiva responsabilidade de cada organização.

3 – Nenhum membro de cada conselho municipal de juventude pode representar mais de uma entidade ou organização.

4 – Os representantes das entidades acima identificadas devem ter, preferencialmente, idade inferior a 30 anos.

5 – As entidades que compõem o conselho municipal de juventude, de acordo com o n.º 1 do presente artigo, com exceção da alínea a), deverão indicar um representante suplente.

Artigo 5.º

Mandato e sua duração

- 1 - Os elementos que constituem o CMJ terão um mandato com uma duração igual à do cargo que desempenham na entidade que representam.
- 2 - O mandato dos membros do CMJ cessante considera-se prorrogado até à designação dos novos membros para um novo mandato.

**Secção II
DAS COMISSÕES**

**Subsecção I
Da Comissão Permanente**

Artigo 6.º

Composição e Funcionamento

- 1 - A comissão permanente é composta por um presidente e 3 membros, eleitos pelo plenário do CMJ.
- 2 - Os membros do CMJ detentores da qualidade de autarca não poderão ser eleitos para a comissão permanente.
- 3 - A comissão permanente reúne ordinariamente uma vez por mês no local designado para a sede do CMJ.

Artigo 7.º

Competências

As competências da comissão encontram-se fixadas no Capítulo III, artigo 9.º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Ribeira Brava.

**Subsecção II
Das Comissões Eventuais**

Artigo 8.º

Composição e funcionamento

- 1 - As comissões eventuais são constituídas por tempo limitado, sempre que o plenário considerar pertinente a sua intervenção na definição das políticas de juventude.
- 2 - A composição, aprovação e funcionamento das comissões são decididas pelo plenário de acordo com as necessidades sentidas.

Artigo 9.º

Atuação

- 1- As comissões eventuais elaborarão pareceres sobre as problemáticas que lhes sejam apresentadas;
- 2 - Os pareceres elaborados pelas comissões serão submetidos à apreciação do plenário.



Secção III
PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS

Artigo 10.º
Observadores

1 — O CMJRB atribuí o estatuto de observador permanente, sem direito a voto, a outras entidades ou órgãos públicos e privados locais, nomeadamente a instituições sem fins lucrativos ou outras que tenham o estatuto de utilidade pública sediadas no concelho e que desenvolvam a título principal atividades relacionadas com a juventude, bem como a associações juvenis ou grupos informais de jovens, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares de órgãos da autarquia, representantes das referidas entidades e que não disponham do estatuto de observador permanente, representantes de outras entidades públicas cuja presença seja considerada útil para os trabalhos, associações ou grupos informais de jovens que, embora não estejam sediados no município, tenham intervenção e desenvolvam a título principal atividades relacionadas com a juventude no concelho.

2 — A atribuição do estatuto de observador permanente deverá ser proposta e aprovada pelo CMJRB, sendo submetido à Câmara Municipal de Ribeira Brava, que deverá deliberar por maioria dos seus membros.

3 — O titular do estatuto previsto no número anterior pode participar e intervir nas reuniões do conselho municipal de juventude.

Artigo 11.º
Participantes externos

Por deliberação do CMJ podem ser convidados a participar nas suas reuniões, sem direito de voto, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares de órgãos da autarquia, representantes das entidades referidas no artigo anterior que não disponham do estatuto de observador permanente ou representantes de outras entidades públicas ou privadas cuja presença seja considerada útil para os trabalhos.

CAPÍTULO III
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

Secção I
DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

Subsecção I
Do Plenário
Artigo 12.º
Composição

O plenário é composto pelos elementos referidos no artigo 17.º do presente Regulamento e presidido pelo Presidente da Câmara Municipal ou Vereador delegado com funções atribuídas na área da Juventude.



Artigo 13.º
Mesa do plenário

A mesa do plenário é composta pelo presidente do CMJ e por dois secretários eleitos pelo plenário no início de cada mandato.

Artigo 14.º
Competências da mesa do plenário

1 - Compete ao presidente do CMJ:

- a) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- b) Elaborar a ordem do dia e proceder à sua distribuição;
- c) Abrir a sessão e proceder ao seu encerramento no final dos trabalhos;
- d) Dirigir os trabalhos e zelar pelo cumprimento do Regulamento Interno;
- e) Assegurar o cumprimento das Leis e a regularidade das deliberações;
- f) Admitir ou rejeitar moções, propostas, reclamações, protestos ou requerimentos;
- g) Conceder e retirar a palavra, nos termos regulamentares, assegurando o cumprimento da ordem de trabalhos;
- h) Propor à discussão e votação as propostas e moções admitidas;
- i) Submeter à votação os requerimentos admitidos;
- j) Apreciar e decidir das reclamações relativas ao funcionamento do plenário;
- k) Assegurar a redação final das deliberações;
- l) Suspende ou encerrar antecipadamente as sessões e as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
- m) Encaminhar, em conformidade com o Regulamento, as iniciativas dos membros do CMJ;
- n) Elaborar alterações ao Regulamento do CMJ ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
- o) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros do CMJ;
- p) Comunicar à entidade respetiva as faltas do seu representante às reuniões do CMJ.

2 - Compete aos secretários coadjuvar o presidente do CMJ, designadamente:

- a) Assegurar o expediente;
- b) Lavrar as atas das reuniões;
- c) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como efetuar o registo das



votações;

d) Ordenar a matéria a submeter a votação;

e) Organizar as inscrições dos membros do CMJ que pretendam usar da palavra e registar os respetivos tempos de intervenção;

f) Servir de escrutinador;

g) Fazer as leituras indispensáveis durante as sessões.

Artigo 15.º

Funcionamento

1 - O plenário do CMJ reúne ordinariamente três vezes por ano, sendo duas das reuniões destinadas à apreciação e emissão de parecer em relação ao plano anual de atividades e ao orçamento do Município e a outra destinada à apreciação do relatório de atividades e contas do Município.

2 - O plenário do CMJ reúne ainda extraordinariamente por iniciativa do seu presidente ou mediante requerimento de pelo menos um terço dos seus membros com direito de voto.

3 - As reuniões do CMJ devem ser convocadas em horário compatível com as atividades académicas e profissionais dos seus membros.

Artigo 16.º

Competência do Plenário

Compete ao plenário do CMJ:

a) Aprovar o seu Regulamento Interno;

b) Proceder à constituição da Comissão Permanente;

c) Criar comissões eventuais de duração limitada, sempre que consideradas necessárias para o tratamento de assuntos específicos;

d) Aprovar o plano anual de atividades;

e) Avocar e deliberar sobre qualquer parecer que seja solicitado ao CMJ.

Subsecção II

Das sessões

Artigo 17º

Local das Sessões

1 - As sessões do CMJ realizam-se nas instalações do Salão Nobre, cedidas para o efeito pelo município.

2 - Por razões relevantes as sessões poderão decorrer noutra localidade dentro da área do Município.

3 - A convocação da sessão, nos termos do número anterior, depende de decisão do presidente do CMJ.

Artigo 18º

Requisitos das sessões e quórum

1- O plenário CMJ funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 - Se a maioria dos membros não estiver à hora designada, esta iniciar-se-á decorridos quinze minutos, com o número de membros presentes, e um número não inferior a quatro.

3 – Caso não estejam presentes o número mínimo deverá ser convocada nova reunião nos próximos cinco dias úteis.

Artigo 19º

Continuidade das Sessões

As sessões podem ser interrompidas, por decisão do Presidente e para os seguintes feitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Interrupção, por espaço até 10 minutos.

Subsecção III

Da convocatória e da ordem de trabalhos

Artigo 20º

Convocatória

1 - Os membros do CMJ são convocados por correio eletrónico, para as sessões ordinárias pelo presidente do CMJ, mediante comunicação escrita, com a antecedência mínima de dez dias seguidos, ficando a documentação disponível nos serviços.

2 - As convocatórias das sessões serão assinadas pelo presidente do CMJ, delas constando o dia, hora e local em que se realizarão, com a indicação da ordem de trabalhos.

3 - As sessões extraordinárias são convocadas pelo presidente do CMJ no prazo de oito dias contados da entrega do requerimento a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º.

3 - Caso o presidente não convoque as sessões extraordinárias nos termos do número anterior, o primeiro subscritor do requerimento pode remeter as convocatórias.

4 - Quaisquer alterações ao dia, hora e local fixados para as sessões serão comunicadas a todos os membros do CMJ.

Artigo 21.º

Ordem de Trabalhos

1 - Cada sessão tem uma ordem de trabalhos estabelecida pelo presidente do CMJ.

2 - Em cada sessão ordinária há um período de antes da ordem de trabalhos e um período de ordem de trabalhos.

3 - Nas sessões extraordinárias só há o período de ordem de trabalhos.

4 - O presidente do CMJ deve incluir na ordem de trabalhos, os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do CMJ, desde que se incluam na respetiva competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de dez dias seguidos sobre a data da sessão.

5 - A ordem de trabalhos deve ser entregue a todos os membros do CMJ com a antecedência de, pelo menos, oito dias seguidos sobre a data da sessão.

6 - A alteração da ordem de trabalhos só será aceite se pelo menos dois terços dos membros do plenário reconhecerem urgência imediata na deliberação de outros assuntos.

Artigo 22º

Período de antes da ordem de trabalhos

1 - O período de antes da ordem de trabalhos destina-se ao tratamento de assuntos gerais da área da juventude de interesse para o Município.

2 - O período de antes da ordem de trabalhos terá a duração máxima de trinta minutos.

3 - Este período inicia-se com a realização pelo Presidente do CMJ, dos seguintes procedimentos:

a) Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que ao presidente do CMJ cumpra produzir;

b) Interpelações, mediante perguntas orais ao presidente do CMJ, sobre assuntos da respetiva administração, e respostas deste;

c) Apreciação, por qualquer membro, de assuntos de interesse geral da área da juventude para o Município;

d) Votação de propostas de recomendação ou pareceres que sejam apresentados pelos membros, solicitados pela Câmara Municipal ou pela Assembleia Municipal.

Artigo 23º

Período da ordem de trabalhos

- 1 - O período da ordem de trabalhos inclui um período de apreciação e votação das propostas constantes da convocatória.
- 2 - No início do período da ordem de trabalhos, o presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos.
- 3 - A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das sessões ordinárias, depende de deliberação tomada, pelo menos, por dois terços dos membros presentes, que reconheçam a urgência de deliberação sobre o assunto.

Subsecção IV

Das regras do uso da palavra

Artigo 24º

Regras do uso da palavra pelos oradores

- 1 - No uso da palavra, os oradores não podem ser interrompidos sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas as interrupções, as vozes de concordância ou de discordância ou análogas.
- 2 - O orador será advertido pelo presidente quando se desviar objetivamente do assunto em discussão, da figura apresentada para usar da palavra, ou quando se torne ofensivo ou injurioso, podendo, em qualquer caso, o presidente retirar-lhe a palavra se insistir na atitude.
- 3 - O orador a quem é cortada a palavra pode recorrer de imediato para o plenário.

Artigo 25º

Regras do uso da palavra para discussão no período antes da ordem de trabalhos

- 1 - Ao presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador, em função do tempo de duração do período de antes da ordem de trabalhos, estabelecido no n.º 2 do art. 22.º, para o que respeitará o número de oradores inscritos.
- 2 - A nenhum orador inscrito será atribuído um tempo de intervenção inferior a três minutos, mas os tempos de intervenção, atribuídos nos termos do número anterior, não poderão ser ultrapassados.
- 3 - A cada orador cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções do presidente.

Artigo 26º

Regras do uso da palavra para discussão no período da ordem de trabalhos

- 1 - No início de cada ponto da ordem de trabalhos, o presidente do CMJ dá conhecimento do assunto em análise e abre as inscrições para discussão.

2 - Ao presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador, em função do tempo de duração da sessão e do número de pontos da ordem de trabalhos, para o que respeitará o número de oradores inscritos.

3 - A nenhum orador inscrito será atribuído um tempo de intervenção inferior a três minutos, mas os tempos de intervenção, atribuídos nos termos do número anterior, não poderão ser ultrapassados.

4 - No fim das intervenções a palavra é concedida ao presidente do CMJ para prestar os esclarecimentos que, eventualmente, sejam solicitados.

Artigo 27º

Regras do uso da palavra pelo Presidente do CMJ

A palavra é concedida ao presidente, no período de antes da ordem de trabalhos, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos membros do CMJ.

Artigo 28º

Regras do uso da palavra dos membros do CMJ

A palavra é concedida aos membros do CMJ para:

- a) Tratar de assuntos de interesse municipal na área da juventude;
- b) Participar nos debates;
- c) Emitir votos e fazer declaração de voto;
- d) Invocar o Regulamento ou interpelar o presidente;
- e) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município na área da juventude;
- f) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- g) Fazer requerimentos;
- h) Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;
- i) Interpor recursos.

Subsecção V

Das figuras a invocar

Artigo 29º

Declaração de Voto

1 - Cada membro do CMJ tem o direito a expressar uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.

2 - As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não podendo exceder, neste último caso, três minutos.

3 - As declarações de voto escritas são entregues ao presidente até ao final da sessão.

Artigo 30º

Interpelação ao Presidente do CMJ

1 - O membro do CMJ que pedir a palavra para invocar o Regulamento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.

2 - Os membros do CMJ podem interpelar o presidente quando tenham dúvidas sobre decisões deste na orientação dos trabalhos.

3 - O uso da palavra para invocar o Regulamento, ou para interpelar o presidente, não pode exceder os três minutos.

Artigo 31º

Formular ou responder a pedidos de esclarecimento

1 - A palavra para esclarecimentos limitar-se-á a formulação sintética da pergunta e da respetiva resposta, sobre matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.

2 - Os membros do CMJ que queiram formular ou responder a pedidos de esclarecimentos, devem inscrever-se logo que finde a intervenção que os suscitar, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição.

3 - Os oradores não podem exceder três minutos por cada intervenção.

Artigo 32º

Requerimentos

1 - Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o presidente sempre que o entender por conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.

2 - Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder três minutos.

3 - Os requerimentos, depois de admitidos, serão votados sem discussão.

Artigo 33º

Ofensas à honra ou à consideração

1 - Sempre que um membro do CMJ considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, em sua defesa, usar da palavra por tempo não superior a três minutos.

2 - O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.

Artigo 34º



Interposições de recurso

- 1 - Qualquer membro do CMJ pode recorrer para o plenário, de decisões do presidente.
- 2 - O membro do CMJ que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso, por tempo não superior a três minutos.

Subsecção VI Das deliberações e votações

Artigo 35.º

Deliberações

- 1 - O plenário delibera com a presença da maioria dos seus membros, exceto se for convocado com carácter de urgência, caso em que basta estar presente um terço dos seus membros.
- 2 - As deliberações são tomadas por votação nominal e por maioria simples dos votos presentes, excluindo as abstenções.
- 4 - O presidente tem voto de qualidade.

Artigo 36º

Maioria

- 1 - As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número dos membros do CMJ.
- 2 - As abstenções não contam para o apuramento de maioria.

Artigo 37º

Voto

- 1 - Cada membro do CMJ, nos termos do art.º 15º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Ribeira Brava e do art.º 15º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 6/2012 de 10 de Fevereiro, tem direito a um voto.
- 2 - Nenhum membro do CMJ presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

Artigo 38º

Formas de votação

- 1 - As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
 - a) Por levantados e sentados ou de braço no ar;
 - b) Por escrutínio secreto;
 - c) Por votação nominal.
- 2 - No decurso da votação não são admitidos recursos para votações em alternativa.



Artigo 39º
Escrutínio secreto

Far-se-ão por escrutínio secreto:

- a) As eleições;
- b) A apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa;
- c) Nos casos em que o plenário expressamente o deliberar.

Artigo 40º
Votação nominal

1 - A votação nominal efetua-se quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pelo plenário.

2 - A votação nominal far-se-á por ordem alfabética dos membros.

Artigo 41º
Empate na votação

1 - Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se persistir, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal, se na primeira votação desta reunião se repetir o empate.

2 - Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto será feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

Subsecção VII

Atas

Artigo 42.º

Atas das reuniões

1 - De cada sessão será lavrada ata, na qual se registará o resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente a data e local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.

2 - As atas são lavradas, sempre que possível, pelos secretários do CMJ, de acordo com a alínea b) o n.º 2 do art.º 14º do presente Regulamento, e postas à aprovação de todos os membros na reunião seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pela mesa do plenário.

3 - Qualquer membro ausente na sessão de aprovação de uma ata, de onde constem ou se omitam tomadas de posições suas, pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

4 - As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes.

5 - As deliberações do plenário só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores.

6 - Poderão ser efetuadas gravações áudio das sessões, que se destinarão, exclusivamente, a ajudar à feitura da ata ou a esclarecer dúvidas dos membros do CMJ acerca da sua fidelidade, não podendo ser utilizadas para quaisquer outros fins.

7 - As gravações efetuadas nos termos do número anterior ficarão à guarda dos secretários do plenário, que as deverão destruir, logo que a ata da sessão em causa seja aprovada e se mostrem esgotados os prazos de impugnação da deliberação que aprove a ata.

Artigo 43º

Registo na ata de voto de vencido

1 - Os membros do CMJ podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

2 - Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

3 - O registo na ata do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

Secção II

Secções Especializadas Permanentes

Artigo 44.º

Noção

As secções especializadas permanentes são constituídas por grupos de trabalho que desenvolvem estudos e preparam pareceres nas áreas de associativismo juvenil, solidariedade, justiça social, igualdade e oportunidades, emprego e formação, planeamento familiar e sexualidade, prevenção e tratamento de dependências, tolerância social, étnica e religiosa, desporto, arte e cultura, cidadania, ambiente, proteção civil, habitação e urbanismo.

Artigo 45.º

Organização e funcionamento

1 - A constituição das secções é aprovada em plenário.

2 - As secções são compostas por membros do CMJ, com direito a voto.



Artigo 46.º

Trabalhos realizados

- 1 - As secções devem pronunciar-se sobre os assuntos que lhes digam respeito, analisando a sua relevância social, os custos associados e o impacto expectável.
- 2 - Os trabalhos desenvolvidos pelas secções devem ser levados ao conhecimento do CMJ reunido em plenário.

Secção III

Faltas

Artigo 47.º

Verificação das faltas e processo justificativo

- 1 - Constitui falta a não comparência a qualquer reunião.
- 2 - Será considerado faltoso o membro do CMJ que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião.
- 3 - As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
- 4 - O pedido de justificação de faltas será feito pelo interessado, por escrito e dirigido ao presidente do CMJ, no prazo de cinco dias a contar da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, na reunião seguinte.
- 5 - Nos casos em que seja recusada a justificação da falta, o interessado será notificado da decisão pelo presidente do CMJ, por via postal registada com aviso de receção.
- 6 - Da decisão referida no número anterior, poderá o interessado recorrer para o plenário.
- 7 - Após cada Reunião será comunicado a cada órgão as ausências dos seus representantes.

CAPÍTULO IV DO APOIO AO CMJ

Artigo 48.º

Apoio ao CMJ

- 1 - O CMJ dispõe, sob a orientação do respetivo presidente, de um núcleo de apoio próprio composto por funcionários do Município, nos termos definidos pelo presidente do CMJ.
- 2 - O CMJ dispõe igualmente de instalações e equipamento necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela Câmara Municipal.



**CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 49.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas que surjam na interpretação deste Regulamento, serão resolvidas por deliberação do CMJ.

Artigo 50.º

Alterações ao Regulamento

O Regulamento do CMJ pode ser alterado por proposta do presidente ou por proposta de pelo menos um terço dos seus membros, a qual terá de ser aprovada com os votos favoráveis de dois terços dos seus membros.

Artigo 51.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entrará em vigor logo após a sua aprovação pelo plenário do CMJ.

Regulamento aprovado em plenário do Conselho Municipal da Juventude. de 2 de dezembro de 2019.